



## ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e dezenove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta, de forma presencial, a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para proceder à leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e colegas deputados. “Ata da Primeira Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e treze minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Não houve ata a ser lida. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 126.661.073.0006/2023, do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 3 a 5, 9, 20, 32 e 33/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 1.505, 1.507, 1.509, 1.516 e 1.517/2023, da Secretaria de Estado de Governo de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 23/2023, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande; Ofícios nºs 12.084 e 12.118/2022, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Ofício nº 77/2023, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Coronel David, Pedro Kemp, Zeca do PT, Rafael Tavares, Pedrossian Neto, Mara Caseiro, Junior Mochi, Amarildo Cruz, Roberto Hashioka, Lia Nogueira, Renato Câmara e Professor Rinaldo. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, Mara Caseiro, Lucas de Lima, Zé Teixeira, Coronel David, João Henrique, Amarildo Cruz e Marcio Fernandes. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Coronel David, Pedro Kemp, Pedrossian Neto, Rafael Tavares, Zeca do PT, Mara Caseiro. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos familiares de Conceição Corrêa da Silva; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à Guarda Municipal de Dourados, ao Samu e à Polícia Militar (coordenação, instrutores e formandos), pela realização, participação, e conclusão do 1º Curso Tático de Motopatrulhamento e Escolta - CTAME; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à CDM-Centro de Diagnóstico Médico Ltda., pela comemoração de seus 42 anos de atividades em Dourados; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada a Contact Contabilidade Empresarial Ltda., pelos seus 35 anos de atividades em Dourados, completados no dia 26 novembro; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada a Dourados Hidráulica Ltda., pelos seus 31



anos de atividades em Dourados, completados no dia 20 de novembro; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares: primeiro-sargento Magno Bacão Junior e cabo Rafael Gonzaga M. de Almeida, pelo reconhecimento ao auxiliar no salvamento de uma vítima que teve um mal súbito durante uma viagem, na MS-164, KM 105; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada às senhoras Janaina Galeano Silva, presidente da Comissão de Assuntos Tributários - CATRI-OAB/MS; Christiane Gonçalves da Paz, vice-presidente da Comissão de Assuntos Tributários - CATRI-OAB/MS; e aos senhores Sebastião Rolon Neto e Lucas Bastos Sanches, membros da Comissão de Assuntos Tributários - CATRI-OAB/MS; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares: soldado Fernando Augusto Lopes Adolfo, cabo Thiago Rodrigues Vianna e cabo Magdiel Altini, pelo reconhecimento ao apreenderem mais de trinta mil reais em entorpecentes no município de Ribas do Rio Pardo-MS; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares: soldado Mayara Silva de Souza e cabo Thiago Rodrigues Vianna, pelo reconhecimento ao ajudar uma mulher que estava em trabalho de parto, levando-a até ao hospital de forma rápida, para obter a ajuda necessária; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares: sargento Ítalo Fontes Neto, sargento Luiz Renato Barbosa de Oliveira e cabo André Felipe dos Santos, pelo reconhecimento ao salvar uma pessoa de um incêndio no município de Miranda-MS; requerimento, de autoria das deputadas Mara Caseiro e Lia Nogueira, solicitando a reserva de Plenário para realização de Sessão Solene em Comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Indicações, de autoria dos deputados Coronel David, Lucas de Lima, Mara Caseiro, Zé Teixeira, Jamilson Name e Marcio Fernandes. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Usaram da palavra os deputados Lia Nogueira e Antonio Vaz. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, sete de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três”. Foi lida a ata, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para a leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados, senhoras deputadas, imprensa aqui presente, Rádio e TV Assembleia, site e colaboradores desta Casa. Expediente da Sessão Ordinária do dia 8 de fevereiro de 2023: Mensagem nº 2/2023, do Poder Executivo, encaminhando para aprovação desta Casa de Leis os Convênios ICMS, Protocolo ICMS e Ajustes Sinief, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) (Prot. nº 27.782/2023); Ofícios nºs 1.506, 1.510, 1.515 e 1.524/2022, da Secretaria de Estado de Governo de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações dos deputados Coronel David, Mara Caseiro, Marçal Filho, Neno Razuk e Pedro Kemp (Prot. nºs 27.765, 27.766, 27.728, 27.775/2023); Ofícios nºs 1, 6, 7, 12, 19, 22, 29 e 45/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações dos deputados Zé Teixeira, Coronel David, Renato Câmara, Barbosinha, Felipe Orro, Jamilson Name, Mara Caseiro e Gerson Claro (Prot. nºs 27.763, 27.774, 27.756, 27.771, 27.754, 27.769, 27.762, 27.753/2023); Ofício nº 31/2023, da Prefeitura Municipal de Campo Grande,



respondendo à indicação do deputado Jamilson Name (Prot. nº 27.781/2023); Ofício nº 93/2023, da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Coronel David (Prot. nº 27.764/2023); Ofício nº 204/2023, da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. (Sanesul), respondendo à indicação do deputado Barbosinha (Prot. nº 27.777/2023); Carta nº 15/2023, da Águas Guariroba, respondendo à indicação do deputado Capitão Contar (Prot. nº 27.767/2023). Senhor presidente, está lido o expediente da Sessão.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Gostaria somente de fazer um comunicado aos senhores deputados. Esta presidência designa, nomeando como presidente da Escola do Legislativo Ramez Tebet, a senhora deputada Mara Caseiro. Já conversamos e ela organizará uma recepção para os novos deputados e para as assessorias, tanto jurídica quanto de gabinete, especialmente para os novos ou quem já estava, mas trocou alguma assessoria por questão de funcionamento do Pequeno Expediente e do Grande Expediente. Agora, é o momento do Pequeno Expediente. Lembrando aos deputados que é o momento de apresentar suas proposições, suas indicações e que os momentos dos debates serão no Grande Expediente e considerações finais. Com a palavra, no Pequeno Expediente, o nobre deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Bom dia, senhor presidente, nobres membros da Mesa e senhores deputados. Senhor presidente, vou apresentar um requerimento com assinatura de outros oito deputados, nos seguintes termos. Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, ouvido o Plenário, que seja apresentado pela Mesa Diretora, com urgência, um projeto de resolução criando comissão especial sob a coordenação do segundo-secretário para elaboração de estudo visando à imediata implantação de um restaurante nesta Casa para atendimento de seus servidores que hoje fazem alimentação pelos corredores do prédio. A comissão em questão deverá necessariamente contemplar membros representantes dos servidores com a seguinte justificativa e com assinatura de oito senhores deputados. As instalações físicas desta Casa têm passado por profunda modernização, merecendo elogio de todos que aqui adentram. Porém, uma falha que é absolutamente reparável, é a falta de um restaurante que possa dar a seus servidores um espaço digno e confortável para suas refeições. Assim, é justo que sejam tomadas todas as medidas regimentais cabíveis para que esteja em andamento, o quanto antes, o processo de implantação de um novo restaurante para atender com a devida dignidade todos os servidores efetivos, comissionados e terceirizados desta Casa. Para tanto, rogo aos pares o apoio e a aprovação deste requerimento. Tenho dito. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o nobre deputado Rafael Tavares.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB)** — Bom dia, colegas, Mesa Diretora e senhor presidente. Hoje, está na ata o requerimento a respeito da audiência pública que nós solicitamos para discutir com a sociedade, com a OAB e com o Ministério Público sobre a criação do centro integrado para crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, no dia 3 de março de 2023, das 15h às 18h.



Então, quero pedir o apoio dos nobres colegas para conseguirmos realizar e conseguir criar esse centro, que vai ser muito importante para nossa sociedade. Muito obrigado a todos.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, o nobre deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, quero apresentar um requerimento de informações. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Jaime Elias Verruck, secretário de estado de Meio Ambiente, requerendo, no prazo legal, as informações abaixo descritas. Considerando a recorrência no turvamento das águas do rio Formoso em Bonito: 1) quais as medidas adotadas pelo governo do estado para coibir o desmatamento e as práticas ilegais de manejo do solo no município de Bonito; 2) qual o programa de curto, médio e longo prazo utilizado pelo órgão competente para intensificar a proteção ambiental da região; 3) qual o método utilizado para o controle da qualidade da água, tendo em vista que estudos apontam alto índice de agrotóxico nas águas dos rios de Mato Grosso do Sul; 4) quais as medidas adotadas para que o avanço das plantações de soja na região não ocasione a degradação do meio ambiente. Em julho de 2021, este parlamentar protocolou uma indicação endereçada às mesmas autoridades solicitando providências no sentido de intensificar as medidas para coibir o desmatamento e práticas ilegais de manejo nos solos do município de Bonito. Entretanto, o ano de 2023 iniciou-se com diversas notícias sobre o aumento da poluição do rio Formoso, o qual está cada vez mais turvo, ameaçando o ecossistema da região. Dados apontam Bonito como a cidade brasileira que mais desmatou a Mata Atlântica entre os anos de 2019 e 2020. Isso se dá devido ao crescimento do agronegócio nos arredores dos rios, especialmente a plantação de soja, desde a passagem dos maquinários agrícolas nas estradas próximas aos rios, propiciando o escoamento da terra para as margens, até a entrada de partículas de fertilizantes e agrotóxicos das águas. De acordo com a ambientalista Débora Calheiros, em entrevista ao Campo Grande News, a questão é muito séria, sendo necessário tomar decisões emergenciais para conter essa perda de solo, que também é um patrimônio, assim como a água. O levantamento feito pelo Atlas dos Municípios da Mata Atlântica, estudo realizado pela fundação SOS Mata Atlântica, além do índice de desmatamento, apontou também que a maioria da devastação é ilegal, uma vez que o bioma é protegido por lei que proíbe o seu desmatamento. Portanto, senhor presidente, apresento este requerimento para que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente possa nos prestar essas informações sobre as medidas que estão sendo adotadas para impedir que continue esse turvamento dos rios de Bonito, que é, para nós, um importante município no que se refere ao ecoturismo. Precisamos preservar as riquezas naturais, as belezas naturais deste município e cuidar, principalmente, dos rios que estão sendo atingidos por essa plantação de soja cada vez maior. Além de que há presença de agrotóxico nas águas desses rios, que eram cristalinas e agora estão bastante turvas. Então, estamos pedindo que a Secretaria de Meio Ambiente nos responda com a máxima urgência e informe quais as providências que o governo está tomando neste sentido. Muito obrigado.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Pedro Pedrossian... Pedrossian Neto! Esse é o nome. Temos que nos acostumar, deputado.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa Diretora, nobres colegas, membros da sociedade civil aqui presentes e jornalistas. Senhor presidente, tenho uma indicação para a Agesul e para Seilog. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos (Agesul), com cópia para Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Seilog), solicitando a pavimentação do trecho da rodovia MS-040, entre Brasilândia e Santa Rita do Pardo. Trata-se de um pleito encaminhado pelos produtores rurais da região, que produzem cana e eucalipto para a fabricação de celulose, além da atividade pecuária. O atendimento da presente demanda é de suma importância para o escoamento da produção de forma segura e célere, auxiliando o desenvolvimento econômico-social da região. Trata-se de um trecho de noventa e dois quilômetros, atualmente sem qualquer pavimentação ou manutenção e isso justifica a intervenção do poder público estadual. Essa, presidente, é mais uma iniciativa que, na realidade, tem que ser inserida dentro de um plano mais amplo, porque, de fato, nós temos uma série de estradas que ainda precisam de pavimentação em nosso estado e, de repente, seria o momento, iniciado um novo governo, que nós tivéssemos, de forma partilhada entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, um conjunto de iniciativas para um plano de pavimentação e com a destinação desses quase dois bilhões de reais que temos do Fundersul. Quero dizer da minha satisfação, estive com o secretário Hélio Pellufo recentemente, fui muito bem recebido e fiquei satisfeito com o nível com que esse novo secretário quer imprimir na pasta, com uma visão moderna, uma visão de logística, tenho certeza de que vai engrandecer Mato Grosso do Sul. Um dos temas que esta Casa precisa tratar também, deputado Paulo Corrêa, é com relação à BR-262 e à BR-163, que naturalmente seria de competência da União, não é? Da União Federal fazer a relicitação e rever esses contratos, mas, com o novo marco das rodovias, nós temos, sim, [pedir que] o Poder Executivo de Mato Grosso do Sul se torne o licitante e assuma as rédeas do destino dessas duas principais vias, que são artérias que cortam as estruturas de Mato Grosso do Sul. Esse é um tema central, o governador Riedel elegeu esse tema como vital de seu governo, no que diz respeito à infraestrutura. Temos toda uma articulação que nós precisamos fazer com a AGU, com o governo federal, inclusive esse foi o objeto dos pleitos do governador, Eduardo Riedel, ao presidente da República e acredito que está correta a colocação e, naturalmente, esta Casa vai ter que intervir nesse tema também, contribuindo e, se for necessária autorização legislativa para essa nova licitação, nós temos que entrar de cabeça e fazer uma discussão altiva, à altura de Mato Grosso do Sul. Eu, deputado Pedrossian Neto, quero, juntamente com outros pares, fazer parte dessa discussão. São essas nossas considerações, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado João Mattogrosso.



**DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Gostaria de cumprimentar Vossa Excelência e em seu nome, todos os membros da Mesa Diretora, os nobres pares, todos que nos acompanham pela TV Assembleia, todos que se fazem presentes nesta distinta Casa de Leis e imprensa. Vou fazer a leitura de uma moção de congratulação e uma moção de pesar. Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja enviada moção de congratulação à senhora Jaqueline Tavares Pessoa Michelone, agente comunitária de saúde de Campo Grande, idealizadora do Projeto Kadosh, trabalho social voltado às gestantes em situação de vulnerabilidade, por ter sido selecionada entre as mais de duzentas e sessenta mil agentes de todo País para ter a sua história contada no livro "Paths to Health - Caminhos da Saúde", com outros trinta profissionais de diferentes regiões do País. A moção de pesar. Indico à Mesa, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar ao Senhor Jary de Carvalho e Castro e familiares, em razão do falecimento da senhora Maria José Carvalho e Castro. Era o que tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, deputados, deputada Lia Nogueira e a todos que se fazem presentes. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais, que seja encaminhado expediente ao senhor governador, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, Hélio Pelluffo, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a construção de uma ponte de concreto sobre o rio Salobra, localizada na rodovia MS-339, no distrito de Morraria do Sul, em Bodoquena. A presente indicação atende ao pedido formulado pelos vereadores Nelson de Paula, Osmar Ajala da Costa, Professora Alzira dos Reis Ferreira, Airton Ferreira Marques, Celina Ferracini Santos, Rosangela Lopes, Emerson Luna e Edneide de Carvalho. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, e ao comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, coronel Renato dos Anjos Garnes, solicitando a disponibilização de uma viatura para atender a Polícia Militar do distrito do Taboco, no município de Corguinho. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo vereador desse município, Jefferson Aparecido Peres da Silva. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente ao senhor governador, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Pelluffo, solicitando a recuperação asfáltica da rodovia MS-295, no trecho compreendido entre a sede dos municípios de Iguatemi e Eldorado. A presente indicação foi formulada pela vereadora Juliana Lara Ruiz, do município de Iguatemi. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente ao governador, Eduardo Riedel, com cópia ao presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a recuperação asfáltica da rodovia MS-180, no município de Iguatemi. É o que eu tinha, senhor presidente. Pela ordem, senhor presidente!



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Apenas, senhor presidente, para pedir mais um tempo, mais um prazo para que possamos apresentar os blocos, porque ainda vamos ter uma reunião hoje, do PSDB. Então, nas tratativas, hoje, claro, vão ter algumas definições, mas, nós gostaríamos, então, de ter mais um prazo para que pudéssemos apresentar até a semana que vem, eu acredito, tanto o bloco como a participação das comissões, senhor presidente.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Pela ordem, senhor presidente!

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcio Fernandes.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Senhor presidente, nessa mesma linha da deputada Mara, eu também gostaria de pedir mais um prazo para formação do bloco. Estamos conversando com os partidos, com o PL, com o PP, com o MDB e alguns deputados avulsos para formarmos um bloco que tenha mais de oito participantes, mas, precisamos de mais prazo para discutir isso. Gostaria de solicitar à Mesa, se possível.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Esse prazo está consensualizado. Se conseguirem para semana que vem, porque a preocupação é a formação das comissões. Como nós não temos nenhuma urgência de projetos, vamos tocando as sessões. Prazo concedido. Com a palavra, no Pequeno Expediente, o deputado Roberto Hashioka.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Bom dia, deputado Gerson Claro, presidente desta Casa de Leis, em nome de quem cumprimento toda Mesa Diretora, deputadas e deputados, senhoras e senhores e caros telespectadores da TV Assembleia. Quero apresentar uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), campus de Nova Andradina, na pessoa de seu diretor-geral, senhor Claudio Zarate Sanavria, extensivamente a sua reitora, senhora Elaine Borges Monteiro Cassiano, e aos servidores e alunos, pelos treze anos de atividade letiva da instituição. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, quando o Ministério da Educação (MEC) reestruturou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O campus do IFMS de Nova Andradina foi o primeiro a entrar em funcionamento no estado de Mato Grosso do Sul, iniciando as suas atividades em 8 de fevereiro de 2010. Após treze anos de atividade letiva, o IFMS, campus Nova Andradina, oferece cursos de graduação, pós-graduação, de educação a distância, de técnico integrado, técnico subsequente e de qualificação profissional, tornando-se entidade de estimado valor e interesse público que atende Mato Grosso do Sul e outros estados da federação. A



exemplo dos cursos de graduação, o campus de Nova Andradina oferece bacharelado em Agronomia, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Tecnologia em Produção de Grãos. Implantado em uma área de cento e oitenta hectares, a sede do IFMS na cidade de Nova Andradina possui quase oito mil metros quadrados de área construída e abriga laboratórios, salas de aula e administrativas, permitindo, assim, a realização de atividades voltadas para práticas esportivas e culturais, desenvolvimentos de pesquisas, projetos de extensão e ideias inovadoras. Quando fui prefeito de Nova Andradina, com apoio da bancada federal de Mato Grosso do Sul e a sensibilidade do professor Marcos Aurélio Cerper, então reitor do IFMS, tive a felicidade de viabilizar a implantação dessa importante instituição no município. No exposto, fica evidente o relevante valor do IFMS, campus de Nova Andradina, para todo o estado de Mato Grosso do Sul como instituição de educação superior, básica e profissional; pluricurricular e multicampi, que tem como base a conjunção de conhecimentos técnicos, científicos e tecnológicos com a sua prática pedagógica. Diante da alta significação da instituição, espera-se a aprovação, sendo que a presente moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Casa de Leis e de Cidadania, por proposição do deputado estadual Roberto Hashioka, em nome de seus pares e do povo de Mato Grosso do Sul, vem à honrosa presença de Vossas Senhorias outorgar moção de congratulação ao Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), campus de Nova Andradina, na pessoa de seu diretor-geral, senhor Claudio Zarate Sanavria, extensivamente a sua reitora, senhora Elaine Borges Monteiro Cassiano, aos servidores e alunos pelos treze anos de atividade letiva da instituição". Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Amarildo Cruz.

**DEPUTADO AMARILDO CRUZ** (PT) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, deputadas e todos que acompanham a nossa Sessão. Senhor presidente, quero fazer apenas um registro. No dia 30 de novembro de 2022, apresentei uma indicação que deveria ser encaminhada ao governador — o governador eleito, Eduardo Riedel, e o governador na época, Reinaldo Azambuja — e fazia algumas considerações. Primeiro, considerando que alternativas para o transporte público começam a ser debatidos no âmbito federal; considerando que mais de quarenta e três cidades brasileiras aderiram ao Programa Ônibus de Graça para Todos; considerando que o referido modelo tem apresentado excelentes resultados nos municípios que já adotaram a referida tarifa; considerando que o transporte público é uma necessidade para muitos, porém, o valor pesa no bolso do trabalhador, agravando essa triste realidade ao fato de nosso País ser o segundo transporte público mais caro da América do Sul; considerando que a população de baixa renda é a que mais sofre com o alto custo da tarifa de transporte público; considerando que cerca de 30% do salário mínimo é gasto com transporte público e esse valor pode ser revertido em prol de outras necessidades básicas dos familiares; considerando que os recursos de financiamento do referido modelo tem como origem impostos municipais e repasses do estado e da União; por meio da presente indicação pede-se que sejam envidados esforços no sentido de criação de um grupo de estudo para viabilização do modelo de



tarifa zero, sendo o Executivo estadual um fomentador e parceiro desse modelo para os municípios, considerando ainda a criação de um fundo para propiciar a implementação desse modelo para o ano de 2023. Fazendo esse registro, senhor presidente, quero também aqui noticiar a resposta da agência, da Agems aqui do nosso estado, que responde: "Ao tempo em que cumprimentamos, vimos responder o ofício encaminhado com a Indicação nº 3.629/2022, do deputado Amarildo Cruz" — esse acabei de mencionar, sobre a criação de grupos de trabalho para viabilização do modelo de tarifa zero —. "Gostaríamos de nos manifestar favoravelmente e dispor recursos humanos desta Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul". Faço esse registro, senhor presidente, porque nós já estamos em contato com Agems e estamos montando esse grupo com a participação da Prefeitura de Campo Grande e outras prefeituras onde existe transporte público para que possamos, inclusive, realizar uma audiência pública trazendo o Ministério Público e outros agentes para essa discussão, visando à implementação da tarifa zero aqui no estado. Essa é uma realidade que já se encontra implantada em vários municípios brasileiros e o governo federal já estuda essa propositura também com a possibilidade de vir a financiar, a participar desse financiamento para que possamos desonerar, principalmente, o trabalhador. Eu queria fazer esse registro, porque encaminharemos essa discussão e, inclusive, em momento oportuno, iremos propor a realização de um debate maior, envolvendo todos os atores relacionados à discussão dessa questão, promovendo uma audiência pública aqui nesta Casa. Era o registro que gostaria de fazer. Muito obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o nobre deputado Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas deputados, público presente, público que nos assiste pelas redes sociais. Senhor presidente, estou aqui para falar dessa indicação que é um pleito da população de Amambai, para que se possa ter a limpeza do trevo logo na entrada de Amambai na MS-156, que tem viabilizado e colocado em risco vários trabalhadores que utilizam esse trevo para ter acesso ao frigorífico Frigmann. Então são mais de trezentos e cinquenta abates por dia e esse trevo tem pouca visibilidade, precisa ser recuperado e ter a manutenção adequada. Era isso, senhor presidente. Pela ordem, senhor presidente!

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o nobre deputado Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Senhor presidente, quero aqui me somar a essa reivindicação do ex-governador Zeca do PT, que tem cobrado o restaurante para os nossos servidores e a população que aqui frequenta, que é muito importante. Nós passamos quatro anos reivindicando esse restaurante, o que não aconteceu. Você chega ao gabinete para atender os vereadores, para atender prefeitos, a população e se você chegar no horário do almoço, sempre tem um funcionário que está ali no cantinho comendo uma marmita e isso precisa ser revisto por esta Casa. Acredito que Vossa Excelência vai dar encaminhamento dessa



situação. Ex-governador Zeca do PT, pode contar conosco nessa reivindicação. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o nobre deputado Coronel David. Patente... Patente.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares e todos que acompanham esta Sessão. Senhor presidente, eu tenho aqui uma moção de pesar que gostaria de endereçar à família da senhora Júlia Marques Silva, que faleceu no dia 25 de janeiro de 2023, aqui em Campo Grande. Esposa de um grande amigo, coronel Sebastião Otímio Garcia. Gostaria, senhor presidente, caso seja aprovada a presente moção, que ela seja redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por proposição do deputado Coronel David, em nome de seus pares e do povo sul-matogrossense, vem consignar seus votos de profundo pesar pelo falecimento da senhora Júlia Marques Silva, ocorrido no dia 25 de janeiro de 2023. A senhora Júlia Marques Silva tinha 71 anos, natural de Duque de Caxias e deixa o esposo, Sebastião Otímio Garcia Silva e os filhos Carlos Alberto Marques Silva, Paulo Cesar Marques Silva e Juliane Andreia Marques Silva. Formada em Pedagogia, atuou durante trinta anos na assistência dos órgãos colegiados da Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais e, atualmente, estava no cargo de chefe de assessoria de assistência aos órgãos. Portanto, com misto de respeito e grande tristeza pelo seu falecimento, que os membros da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul apresentam esta moção". Senhor presidente, tem ainda um requerimento que eu gostaria de endereçar ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública com relação aos assuntos do caso Sophia, para que seja determinada a requisição dos documentos que atestam as trinta passagens da criança Sophia, segundo as informações de conhecimento público, pela rede pública de saúde, caso ainda não tenha sido requerido pela autoridade policial. Na hipótese de já terem sido requisitados os referidos documentos pela autoridade policial, requer-se o envio de informações quanto às medidas adotadas no tocante ao cumprimento da Lei Estadual nº 5938, de 19 de agosto de 2022, a fim de que se possa apurar eventual responsabilização por descumprimento da citada lei. Senhor presidente, caso não se descubra e não se responsabilize os funcionários que deixaram de adotar ato de ofício com relação à lei aprovada por esta Casa, e pela repercussão que este caso teve, eu confesso ao senhor que não acredito em mais nada. Se essas pessoas saírem livres disso, sem nenhuma responsabilização, vamos ficar aqui indignados e a sociedade também! Vamos perceber que, mesmo com a força de lei aprovada pelos deputados desta Casa, fatalmente... E esse caso mostra principalmente isto: tem gente que não está nem aí para o cumprimento da lei. Ou se pune de forma rigorosa quem deixou de praticar ato de ofício nesse caso pavoroso ou então, senhor presidente, eu acho que temos que fechar as portas.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o nobre deputado Lucas de Lima.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados, imprensa e assessoria. Tenho aqui algumas indicações e a maioria



são para Operação Tapa-Buraco, devido a essas fortes chuvas que acontecem aqui na nossa cidade. Como sou um deputado atuante em Campo Grande, a população, a todo momento, pede as indicações. Gostaria de fazer um pedido à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, que seja encaminhado expediente ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Domingos Sahib Neto, solicitando patrulhamento e o encascalhamento na avenida das Mansões, 537, esquina com a rua Maria Carlota Giordano, no Bairro Oliveira. Outra indicação, com expediente ao mesmo secretário, solicitando a realização da Operação Tapa-Buraco na rua Aquário, próximo a número 261, no Bairro Jardim Nanhá. A terceira indicação, com expediente também ao mesmo secretário, solicitando a realização da Operação Tapa-Buraco na rua Dona Otília Barcelos, esquina com a avenida Bandeirantes. Quero agradecer ao secretário de Saúde do município de Campo Grande pelo atendimento que fez referente a um pedido meu. Vereador Sandro, muito obrigado por atender à população de Campo Grande. Estivemos, recentemente, com ele fazendo uma parceria e ele se dedicou a nos atender com relação à falta de fraldas, de medicamentos e de insumos no CEM para aquelas pessoas que necessitam. Fizemos os pedidos e fomos prontamente atendidos. Gostaria de agradecer, também, à prefeita Adriane, que nos tem atendido em tudo que for necessário, diferente de outras gestões, colocando o seu gabinete e toda a suas secretarias para atender, no caso, a mim, que lá estive. Muito obrigado. Agradeço e é somente isso, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o **Pequeno Expediente**. Proposições lidas e sobre a mesa (\*Uma indicação, de autoria do deputado Amarildo Cruz. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado Jaime Elias Verruck, solicitando reunião urgente para tratar dos assuntos anexos (Prot. nº 00104/2023). Um requerimento, quatro indicações e um projeto de lei, de autoria do deputado Coronel David. Requeiro à Mesa, na forma regimental e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador do estado, Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao senhor secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, solicitando informações quanto à aplicabilidade e eficácia da Lei Estadual n.º 5.938, de 19 de agosto de 2022, bem como que se informe quais são os critérios adotados para a fiscalização do efetivo cumprimento da lei, tendo em vista que a não aplicabilidade traz impacto direto na segurança pública do estado de Mato Grosso do Sul. Requeremos, ainda, informações quanto ao fato ocorrido nesta Capital na data de 26 de janeiro do corrente ano, quando uma criança veio a óbito em decorrência de violência e maus tratos sofridos, bem como se houve comunicação aos órgãos de segurança pública nos atendimentos que antecederam o fato ocorrido, nos termos da lei citada e, quais informações já podem ser compartilhadas, a fim de se identificar se houve ou não falha na aplicabilidade da citada legislação (Prot. nº 00105/2023). Indico à Mesa, na forma regimental e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador do estado, Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, e à senhora Celi Corrêa Neres, presidente do Conselho Estadual de Educação, a fim de que seja realizado estudo e implantação na grade curricular, em todo o estado de Mato Grosso do Sul, matéria que vise

à educação e combate à violência doméstica (Prot. nº 00100/2023). Indico à Mesa, na forma regimental e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita municipal de Campo Grande, com cópia ao senhor Sandro Trindade Benites, secretário municipal de Saúde de Campo Grande, senhor Anderson Gonzaga da Silva Assis, secretário especial de Segurança e Defesa Social do município de Campo Grande, a fim de que informem quais medidas foram adotadas quanto ao caso da criança morta em decorrência de violência e maus tratos sofridos, nesta Capital, na data de 26 de janeiro do corrente, bem como se houve comunicação aos órgãos de segurança pública nos atendimentos do fato ocorrido, em atenção ao cumprimento da Lei Estadual n.º 5.938, de 19 de agosto de 2022 (Prot. nº 00101/2023). Indico à Mesa, na forma regimental e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor desembargador Sérgio Fernandes Martins, solicitando informações do número de sentenças com trânsito em julgado, que foram prolatadas no estado de Mato Grosso do Sul, desde 31 de julho de 2017, data na qual foi sancionada a Lei nº 5.038/2017, que versa quanto à criação do Cadastro Estadual de Pedófilos. Requeremos, ainda, que seja informado o motivo pelo qual as informações constantes no cadastro não estão em conformidade com o disposto na referida lei (Prot. nº 00102/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita do município de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópias ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Domingos Sahib Neto, e ao secretário municipal do Meio Ambiente e Gestão Urbana, senhor Luis Eduardo Costa, solicitando a limpeza de um terreno na esquina da avenida das Mansões com a rua Armando Capriata, no bairro Parque Residencial União. Solicitando, também, patrolamento e encascalhamento na rua Maria Carlota Giordano e limpeza de via na avenida das Mansões, no bairro Parque Residencial União (Prot. nº 00103/2023). Projeto lei que acrescenta o parágrafo único ao artigo 3º da Lei nº 5.038, de 31 de julho de 2017 (Prot. nº 00099/2023). Uma moção de aplauso, de autoria do deputado Gerson Claro. Requeiro à Mesa, na forma regimental, após ouvido o Plenário, que seja encaminhada moção de aplauso parabenizando a população costarriquense, em nome do senhor Cleverson Alves dos Santos, prefeito de Costa Rica, para celebrar um ano de implantação do transporte coletivo gratuito no município (Prot. nº 03694/2022). Um projeto de lei e um requerimento, de autoria do deputado João Henrique. Projeto de lei que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre os tributos de competência do estado, e dá outras providências (Prot. nº 00114/2023). Requeiro à Mesa Diretora, nos termos do artigo 173, inciso XX, do Regimento Interno desta Casa de Leis, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Fazenda, senhor Flávio César Mendes de Oliveira, reiterando o requerimento de Protocolo nº 3783/2022, com leitura em Plenário no dia 21 de dezembro de 2022, com ofício expedido por esta Casa de Leis de nº 4928/2022/REQ/PSEC, datado de 22 de dezembro de 2022 e observando a alteração ocorrida no artigo 198 do CTN em dezembro de 2021, solicitando as informações anexas, no prazo de trinta dias, a contar da data de leitura em Plenário (Prot. nº 00113/2023). Uma moção de congratulação e uma moção de pesar, de autoria do deputado João Mattogrosso. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, que seja



enviada moção de congratulação à senhora Jaqueline Tavares Pessoa Micheloni, agente comunitária de saúde de Campo Grande e idealizadora do Projeto Kadosh - trabalho social voltado às gestantes em situação de vulnerabilidade, por ter sido selecionada, entre os mais de duzentos e sessenta mil agentes de todo o País, para ter a sua história contada no livro: "Paths to Health – Caminhos da Saúde", juntamente com outros trinta profissionais de diferentes regiões do País (Prot. nº 00111/2023). Requeiro à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar ao senhor Jary de Carvalho e Castro e familiares, em razão do falecimento da senhora Maria José Carvalho e Castro (Prot. nº 00112/2023). Dois requerimentos e uma moção de congratulação, de autoria do deputado Lidio Lopes. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja feita a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para a data de 10 de Agosto de 2023, no período das 19h às 21h, com serviços de Cerimonial, Copa, Segurança, Sonoplastia, Taquigrafia e confecção de convites, honrarias, banner/painel, cobertura jornalística do evento pela TV e Rádio Assembleia, bem como quaisquer outros apoios administrativos necessários para a realização da Sessão Solene para Entrega da Medalha do Mérito Advocatício do Estado de Mato Grosso do Sul "Jorge Antonio Siufi", edição do ano de 2023 (Prot. nº 00097/2023). Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja feita a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para a data de 5 de dezembro de 2023, no período das 19h às 21h com serviços de Cerimonial, Copa, Segurança, Sonoplastia, Taquigrafia e confecção de convites e trinta medalhas, banner/painel, cobertura jornalística do evento pela TV e Rádio Assembleia, bem como quaisquer outros apoios administrativos necessários para a realização da Sessão Solene para Entrega da Medalha Jovem Cristão Atuante, edição do ano de 2023 (Prot. nº 00096/2023). Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, nos termos que dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja encaminhada moção de congratulação à senhora Gerolina da Silva Alves, prefeita municipal de Água Clara, com cópia ao senhor Marcio Cezar Garcia Cândido, presidente da Câmara Municipal, pelo aniversário do município, que será comemorado no dia 8 de fevereiro de 2023 (Prot. nº 00098/2023). Um projeto de lei e duas indicações, de autoria do deputado Lucas de Lima. Dispõe sobre o Programa de Conscientização e Controle do Diabetes na Rede Estadual de Ensino no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências (Prot. nº 00123/2023). Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, Prefeita de Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura Domingos Sahib Neto, solicitando que providencie a Operação Tapa-Buraco na rua Araticum, entre a Camaçari e a Baobá, no bairro Moreninha III (Prot. nº 00092/2023). Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura, Domingos Sahib Neto, solicitando que providenciem a Operação Tapa-Buraco na rua Baobá, entre a rua Camaçari e a rua Jataí, no bairro Moreninha III (Prot. nº 00093/2023). Quatro indicações, de autoria da deputada Mara Caseiro. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, inciso VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de



Infraestrutura, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando a recuperação asfáltica da MS-295, no trecho compreendido entre a sede dos municípios de Iguatemi e Eldorado (Prot. nº 00121/2023). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, inciso VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador, Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a recuperação asfáltica da rodovia MS-180, no município de Iguatemi (Prot. nº 00122/2023). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, inciso VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador, Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, e ao comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, coronel Renato dos Anjos Garnes, solicitando a disponibilização de uma viatura para atender à Polícia Militar do distrito do Taboco, no município de Corguinho (Prot. nº 00119/2023). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, inciso VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador, Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura, Hélio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a construção de ponte de concreto sobre o rio Salobra, localizado na rodovia MS-339, no distrito de Morraria do Sul, em Bodoquena (Prot. nº 00118/2023). Duas indicações, de autoria do deputado Marcio Fernandes. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, inciso VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador, Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Educação, Hélio Queiroz Daher, solicitando a manutenção das turmas de Ensino Fundamental, 8º e 9º anos, no CEEP Márcio Elias Nery (Prot. nº 00094/2023). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, solicitando estudo de viabilidade para asfaltamento da rua Xanxerê, 102, no bairro Jardim Centenário (Prot. nº 00095/2023). Um projeto de lei, de autoria do deputado Neno Razuk. Projeto de lei que institui a Campanha “Com o Coração de Mulher”, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências (Prot. nº 00146/2023). Um requerimento, de autoria do deputado Pedro Kemp. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Jaime Elias Verruck, secretário de estado de Meio Ambiente, requerendo, no prazo legal, as informações anexas (Prot. nº 00117/2023). Uma moção de aplauso, de autoria do deputado Professor Rinaldo. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o Plenário, que seja enviada moção de aplauso ao senhor Antonio José dos Santos Neto, presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Campo Grande, em face da reforma da Oficina Ortopédica e ampliação do prédio do Centro Médico e de Reabilitação (CER) (Prot. nº 00090/2023). Duas indicações e uma moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Dnit, senhor Euro Nunes Varanis Junior, solicitando a



implantação de uma ciclovia na BR-060, que liga o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus Jardim, ao centro do município de Jardim (Prot. nº 00088/2023). Indico à Mesa, observadas as formas regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando a realização de serviço de limpeza e conservação das faixas de domínio da rodovia MS-450, no trecho que liga o distrito de Palmeiras ao município de Aquidauana (Prot. nº 00089/2023). Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, inciso XVI do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao vereador Cleudenide Ferreira de Freitas, por ter assumido a gestão do biênio 2023-2024 da presidência da Câmara Municipal de Santa Rita do Pardo, na Nona Legislatura (Prot. nº 00091/2023). Seis indicações, de autoria do deputado Zé Teixeira. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Pedro Caravina, solicitando, em caráter reiterativo, a substituição, por ponte de concreto, da ponte de madeira existente sobre o córrego Boa Vista, na MS-455, no município de Rio Brillhante (Prot. nº 00086/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Pedro Caravina, solicitando a destinação de viaturas para os destacamentos de Polícias Civil, Militar e Ambiental, e de uma ambulância para atender às necessidades do Corpo de Bombeiros Militar, no município de Costa Rica (Prot. nº 00087/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Pedro Caravina, e aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e Senado Federal, solicitando a ação conjunta na alocação de recursos da União e gestões visando à elaboração e execução de projetos habitacionais para o município de Costa Rica (Prot. nº 00106/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e Senado Federal, solicitando a destinação de recursos da União visando à aquisição de um ônibus para ser utilizado no transporte escolar, para o município de Costa Rica (Prot. nº 00107/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Pedro Caravina, e aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e Senado Federal, solicitando a formalização de convênio ou a destinação de maquinários pesados como trator de esteira, pá carregadeira e motoniveladora, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras Públicas, de uma camionete para a equipe de saúde rural, bem como patrulha mecanizada visando atender os pequenos produtores rurais, por meio da Secretaria de Desenvolvimento do município de Costa Rica (Prot. nº 00108/2023). Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de estado de governo e Gestão Estratégica, senhor Pedro Caravina, solicitando providências visando à construção de sede própria para abrigar a Unidade Regional de Perícias e Identificação (URPI), no município de Costa Rica



(Prot. nº 00109/2023). Uma indicação e um requerimento, de autoria do deputado Zeca do PT. Indico à Mesa Diretora, observadas as normas regimentais, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador do estado de Mato Grosso do Sul, Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Sanesul, senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando o envio de carga substancial de copos de água tratada, que são envasados pela empresa, para consumo da população indígena Yanomami, do estado de Roraima, vítima da água contaminada por mercúrio vindo dos garimpos clandestinos lá instalados, conforme justificativa em anexo (Prot. nº 00110/2023). Requeiro à Mesa, nos termos regimentais, ouvido o Plenário, que seja apresentado pela Mesa Diretora, com urgência, projeto de resolução criando comissão especial, sob a coordenação do segundo-secretário, para elaboração de estudo visando à imediata implantação de um restaurante nesta Casa, para atendimento de seus servidores que hoje fazem sua alimentação pelos corredores do prédio. A comissão em questão deverá, necessariamente, contemplar membros representantes dos servidores, conforme justificativa anexa (Prot. nº 00120/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o nobre deputado Pedro Kemp, que disporá de trinta minutos.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Peço transferência, senhor presidente, para a próxima sessão.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Transferida. Com a palavra, o nobre deputado Rafael Tavares, que disporá de trinta minutos.

**DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB)** — sem revisão do orador — Bom dia a todos. Eu queria só fazer um registro, a respeito da fala do ministro do Trabalho do governo do PT, senhor Luiz Marinho, que disse que não está preocupado com a saída da Uber do Brasil. "Se sair, posso chamar os Correios para fazer outro aplicativo". Senhores, imaginem a situação: você chama a Uber dos Correios, sete dias úteis para ele chegar, isso se você não for extraviado no meio do caminho. A incompetência dos ministros do PT, todos já sabem, mas, não sabia que eles eram humoristas para fazer esse tipo de piada. Daqui a pouco, o PT vai querer de volta a Telems no lugar da Vivo, da Claro, de repente a Enersul novamente. São um milhão e quinhentas mil famílias no Brasil que vivem, hoje, diretamente dos aplicativos de transporte! A irresponsabilidade desse ministro em simplesmente descartar esses empregos e transformar a vida dessas pessoas... Agora, eles querem transformar a Uber nos Correios! Queria lembrar para vocês aqui como é que foram os Correios no governo do PT: rombo de cinco bilhões e seiscentos milhões de reais no Postalís, o fundo dos servidores, que foi sangrado por investimentos suspeitos ou pouco rentáveis. Em 2015, a conta chegou para os trabalhadores dos Correios, que em alguns casos tiveram bloqueio de quase 26% do salário para cobrir a roubalheira na instituição. É isso que o PT quer fazer com a Uber. O governo do PT, que prometeu picanha e cerveja para os brasileiros, vai entregar desemprego, afastando as empresas do Brasil. Os motoristas de aplicativo aqui de Mato Grosso do Sul, pessoal, podem contar com o deputado Rafael Tavares para defender a manutenção do trabalho e impedir que o PT destrua o trabalho dessas pessoas. Obrigado a todos.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Grande Expediente, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PTB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados e deputadas, bom dia. Primeiro, quero dizer, ou reiterar, a satisfação de poder retornar a esta Casa. Como disse no dia de nossa posse, trinta e dois anos depois de quando aqui passei como primeiro e único deputado estadual do PT. Ontem, eu dizia à imprensa que me entrevistou, que eu retorno nesses primeiros dias, deputado Zé Teixeira, gratificado pela qualidade e pelo nível do debate, deputado Pedro Kemp, que encontro aqui. Percebo que esta Casa inicia este período de trabalho disposta, através dos seus parlamentares, de suas duas deputadas, a trazer o debate que, fundamentalmente, possa contribuir com o desenvolvimento econômico e com desenvolvimento social de Mato Grosso do Sul e isso me gratifica profundamente. É exatamente com essa contribuição, ou é essa contribuição que quero fazer com toda experiência e com a humildade acumulada ao longo da trajetória que cumpri de 1991 para cá, nos dois mandatos de deputado estadual, nos dois mandatos de governador, na condição, depois, de vereador eleito de Campo Grande e de deputado federal. Portanto, senhor presidente, eu não me predisponho a entrar em debate que seja eventualmente, ou exclusivamente, de caráter ideológico, de crítica. Portanto, eu posso estar prejudicando a expectativa daqueles que achavam que vim aqui fazer uma outra discussão. O que me traz, para ser objetivo, a esta tribuna, hoje, é me permitir pedir licença ao deputado Pedro Kemp, em primeiro lugar, para, se possível, assinar junto contigo o requerimento que agora há pouco apresentou. Absolutamente oportuno e importante, que trata da problemática da natureza, para ser mais amplo possível, dos riscos que toma conta da natureza de uma região ou de uma das regiões mais simbólicas que este País tem, que é a região de Bonito. As denúncias que o deputado Pedro Kemp recebeu, eu também recebi, e a partir das denúncias que eu recebi, deputado Pedro Kemp, procurei pesquisar e, inclusive, marquei e fiz uma reunião com os técnicos da Fundação Neotrópica do Brasil, que já há algum tempo — desde a época do nosso governo — estão instalados em Bonito, fazem um acompanhamento da questão ambiental daquela região, particularmente da Serra da Bodoquena e do município de Bonito. A preocupação é absolutamente igual àquela que Vossa Excelência manifestou. Muitos podem dizer: "Zeca, o turvamento das águas dos rios de Bonito é consequência do período de chuva que toma conta deste estado e lá não é diferente". O problema, dizem os técnicos com quem conversei, é que está cada vez mais prolongado o período de turvamento das águas. Em segundo lugar, segundo as pesquisas que eles fazem, em algumas regiões os rios de Bonito começam a ter desaparecimento de peixe. Consequência do quê? Consequência daquilo que é altamente produtivo do ponto de vista do crescimento econômico do nosso estado, da chamada agricultura mecanizada que tem crescido muito e é positivo que cresça. Alguns dias atrás, conversava com o ex-governador Reinaldo Azambuja e ele me dizia que, em dois ou três anos, Mato Grosso do Sul chegará, Deputado Antonio Vaz, a cinco milhões de hectares de soja e de milho. Olha o significado do ponto de vista do crescimento econômico, da importância do nosso estado e da geração de emprego. Evidentemente que essa agricultura mecanizada traz também consequências e é sobre elas que esta Casa tem que se debruçar indo ao encontro ao requerimento que



o deputado Pedro Kemp fez, ou seja, se forem adotados mecanismos de controle da agricultura mecanizada, como curva de nível e caixa de contenção, com certeza, podemos diminuir o impacto da lavoura dentro dos rios de Bonito. Para isso, o plantio direto, evitando assoreamento dos rios. Queria concluir fazendo um convite, que a fundação Neotrópica me pediu para trazer a esta Casa: no próximo dia 7 de março acontecerá, em Bonito, um encontro nacional de natureza e conservação, com técnicos de renome nacional, que vai permitir a todos os interessados daquele município, sejam produtores rurais, sejam empresários do turismo, sejam os trabalhadores na área do turismo, esta Casa e todos os interessados...

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Conceda-me aparte, nobre governador, amigo, deputado Zeca do PT?

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Claro!

**DEPUTADO PAULO CORREA (PSDB)** — Queria dizer a Vossa Excelência que é de suma importância discutirmos o assunto. Tivemos vários encontros, ainda na legislatura anterior, em Bonito. Temos o prefeito Josmail, que é bem interessado no assunto, é uma das pessoas mais interessadas que isso aconteça, fazer com que haja um "Masterplan" de Bonito, voltado exatamente à conservação. Acho que é importantíssimo isso. Eu gostaria de participar e se Vossa Excelência me convidar, quero ir junto...

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Com o maior...

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Nesse encontro da Fundação Neotrópica, mas entendo o seguinte: aprovamos algumas leis importantíssimas! Por exemplo, a Lei dos Banhados foi aprovada nesta Casa, para que deixasse os cinquenta metros dos banhados. Foram todos delimitados e o estudo foi feito pela universidade federal lá. Vamos convidar também o governo...

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Claro, claro...

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — E a Secretária do Meio Ambiente, que estejam presentes conosco, pois acho que é importante.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Conversei...

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — E Famasul, por que não? A agricultura de Bonito, que está sendo utilizada em Bonito, pode colaborar também. Só que tem que ter um "Masterplan" das curvas de nível, das caixas de contenção, que estão lá, deputado Zeca, desde a sua época, que o nosso grande ex-prefeito senhor Nerci...

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Nerci.



**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Fez na fazenda dele há vinte anos e que as pessoas não olham o que está feito.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — E que recebeu premiação nacional.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Nacional... Então eu queria que Vossa Excelência me convidasse, eu quero estar junto com Vossa Excelência.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Vai ser uma satisfação, acho que num momento oportuno nós podemos propor aqui a constituição, através da Mesa, de uma comissão ou daqueles que estiverem interessados em participar desse evento de dimensão nacional. Para concluir, senhor presidente, quero registrar, sobre esse assunto, que conversei pessoalmente com o governador Eduardo Riedel e com o secretário Jaime Verruck. Senti nos dois a mais absoluta vontade de interagir, de esclarecer, inclusive, as ações que já realizam lá. Portanto, entendo que a junção desses interesses como algo positivo e esta Casa tem que se somar aos produtores, à agricultura, aos empresários da área do turismo, à administração da cidade, ao governo, ou seja, ao Poder Executivo, para que possamos encaminhar uma solução que garanta ao município de Bonito e a Mato Grosso do Sul a oportunidade de poder continuar contando com a beleza, que repercute internacionalmente, que são as águas calcárias da nossa cidade de Bonito. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o nobre deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o nobre deputado Amarildo Cruz. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o nobre deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o nobre deputado Pedro Pedrossian... Pedrossian Neto! Estou aprendendo.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — sem revisão do orador — Bom dia, presidente. Antes de começar a minha intervenção sobre o tema principal, eu queria dar continuidade ao debate colocado pelo deputado Zeca do PT. Quero dizer, deputado, que concordo com as suas observações e que, na realidade, temos que fazer esse tema da preservação não só em Bonito, mas, nos grandes ecossistemas que temos aqui em Mato Grosso do Sul. É um dos temas centrais e um tema que caminha "pari passu", lado a lado, ao tema do desenvolvimento econômico. Quero dizer que eu, como uma pessoa muito ligada à área da produção, que me identifico com as causas do agronegócio, da agricultura familiar e do desenvolvimento da área rural, penso que nós já atingimos certa maturidade na qual não há uma clivagem nem antagonismo, deputado Amarildo Cruz, entre aqueles que pensam em um agronegócio responsável e aqueles que, do outro lado, estão preocupados com o meio ambiente. Hoje, temos, na figura dos grandes dirigentes — seja da Famasul, seja da Acrissul, seja do sindicato rural e, até mesmo, nosso governador Eduardo Riedel, que é um expoente do agronegócio e um biólogo de formação —, uma disposição de fazer uma discussão na qual o avanço do agro, de maneira alguma, vai impactar o meio ambiente. Inclusive, é possível aliar práticas nas quais a preservação do meio ambiente aumenta a produtividade como, por exemplo, o plantio direto que o deputado

Zeca colocou. Ora, o plantio direto tem o poder de aumentar a produtividade da lavoura e não de reduzir! Bom, eu vim tratar deste tema hoje, um tema que me preocupa muitíssimo e que também tem sido negligenciado, que é o tema da habitação. Ontem, eu usei do momento nesta tribuna para tratar do tema da saúde, mas, hoje gostaria de tratar de outro tema, que é a questão da habitação e que, infelizmente, tem-se assistido à proliferação e ao surgimento de favelas nas grandes cidades, nos grandes centros urbanos e, na Capital de Mato Grosso do Sul, infelizmente tem sido assim. Aqueles que conhecem a realidade do tecido urbano de Campo Grande... Faço até um parêntese, porque muitos que transitam pelo centro, deputado João Cesar, acham que Campo Grande não tem favelas. Muita gente acha que essa é uma realidade de centros como São Paulo, como Rio de Janeiro, como Belo Horizonte, mas nós temos, sim, problemas graves em Campo Grande e que estão crescendo. Eu faço menção especificamente a alguns casos de comunidades que surgiram recentemente no Jardim Noroeste como, por exemplo, a “Aguadinha”, como, por exemplo, no fundo do Noroeste uma comunidade chamada “Água Funda”, deputado Antonio Vaz, que é uma comunidade onde predominam indígenas, em uma área de invasão, parte de área pública, parte de área privada. Temos área de preservação permanente, deputado João Henrique, como o caso do “Mandela”, que é simbólico. Temos, por exemplo, o “Dom Antonio Barbosa”. Nós temos uma comunidade que o nome até parece uma ironia, que é a comunidade “Só por Deus”, deputada Lia, porque é só por Deus! Deus tem que voltar para que possamos olhar para aquela comunidade. Então, Campo Grande tem assistido ao surgimento, aqui e ali, de favelas, umas maiores, outras menores. Nos últimos cinco anos, nós tivemos muita dificuldade para resolver esse problema. E eu penso que hoje, o poder público, principalmente o municipal e o estadual, esteja praticamente enxugando gelo no tema da habitação. E por que eu digo isso? Porque nós não temos uma política estrutural para resolver o problema de maneira definitiva. Com o fim do programa “Minha Casa, Minha Vida” e o advento do programa “Casa Verde Amarela”, nós tivemos uma modificação muito significativa na forma do financiamento, principalmente naquilo que o jargão técnico chama de faixa um no financiamento. O que é a chamada faixa um? É aquele conjunto de família que possui um salário-mínimo de renda mensal e que, portanto, faz parte da habitação de interesse social, porque é um segmento de maior vulnerabilidade. No extinto programa “Minha Casa, Minha Vida”, o subsídio concedido pelo governo federal através da Caixa Econômica Federal para essas famílias era muito significativo, porque, justamente na faixa um, são aquelas famílias que não possuem renda, que muito dificilmente têm carteira assinada, obviamente, não têm FGTS. Essas famílias, muitas delas são formadas por problemas imensos em sua formação. Às vezes, é a mulher que está segurando sozinha, sem renda, não tem nome limpo, e o governo federal no programa “Casa Verde Amarela” decidiu investir na faixa dois, que é uma faixa de renda em que as pessoas conseguem dar uma entrada, deixando a faixa um no colo dos prefeitos e no colo dos governadores. Resultado: tivemos, nos últimos quatro ou cinco anos, pouquíssimos conjuntos habitacionais resolvendo o problema da habitação de interesse social. Em Campo Grande, também tivemos esse problema e qual foi a solução que os governos municipais deram para enxugar o gelo? Alguns criaram mecanismos, tal como Campo Grande criou, e eu tenho orgulho de dizer que nós demos uma solução criando, por exemplo, por meio da Emha, deputado Pedro Kemp, o chamado Credhabita. O que



que é o Credhabita? Naqueles terrenos, onde havia a regularização dos imóveis, onde o poder público já fez o arruamento, onde já fizemos a destinação do lote social e já entregamos a titularidade daquele terreno, ainda que menor, de menor tamanho, para aquela família, é possível fazer a concessão de um subsídio de vinte e cinco mil reais para que essas famílias possam comprar material de construção, tijolo, cimento, porcelana, porta, enfim, todos os elementos necessários para que aquela família saia imediatamente daquele barraco, daquela habitação absolutamente indigna e que possa fazer o começo da sua Casa. Digo para os senhores, com toda certeza, que vinte e cinco mil reais é absolutamente insuficiente e nós, como parlamentares... Gostaria de convidar os nobres colegas para que pudéssemos debruçar sobre esse programa — que no caso de Campo Grande já existe, que é o Credhabita, que dá vinte e cinco mil reais — e que pudéssemos fazer o Credhabita em nível estadual. O que seria esse Credhabita estadual, Deputada Mara Caseiro, que estou trazendo esse tema para que outros deputados possam nos ajudar? Que pudéssemos fazer a concessão de mais vinte e cinco mil reais, concedidos na forma de um aporte do governo do estado, àquelas prefeituras que já possuam programas dessa natureza, para que essa família que tem vinte e cinco mil receba mais vinte e cinco mil reais para construir a sua casa. Então, gradativamente, de maneira paulatina, nós vamos começar a estruturar a casa dessas pessoas, dar mais dignidade e consertar esta grande mazela: andar por essa cidade, em um estado tão rico, tão próspero, e ver o surgimento de favelas. Mato Grosso do Sul tem que ser próspero, mas tem que ser justo...

**DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT)** — Permita-me um aparte, deputado?

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Por favor, deputado.

**DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT)** — Deputado Pedrossian Neto, primeiro quero dizer que é uma satisfação muito grande ter Vossa Excelência aqui, um amigo de muito tempo e também ocupando espaço na Assembleia Legislativa. Por conhecê-lo, sei que a presença de Vossa Excelência qualifica o debate nesta Casa. Satisfação maior ainda em vê-lo, nos primeiros pronunciamentos, abordar essa questão da desigualdade, que é a questão de fundo que Vossa Excelência está abordando, com uma ênfase na questão habitacional. Tive a satisfação de dirigir a Pasta da Habitação durante o período do ex-governador Zeca do PT. O deputado Paulo Corrêa tem experiência nesse sentido e outros deputados que por aqui passaram também. Sei que essa é uma preocupação da grande maioria dos homens públicos que fazem do seu mandato uma causa em prol de uma sociedade mais justa. Temos, então, um companheiro valoroso na defesa dessa bandeira, porque o que aconteceu nos últimos quatro anos — principalmente nesse setor, a exemplo dos demais, mas nesse, principalmente, e Vossa Excelência abordou muito bem — aqui em nosso País foi uma tragédia! O governo federal, quando tira subsídios, tira o apoio para construção de casa para as pessoas da camada mais vulnerável da população, que é a habitação de interesse social, aquela família que tinha um subsídio considerável, que garantia a construção das casas, aquela que durante muito tempo transformou o nosso País, melhorando o combate do déficit habitacional, que durante



muito tempo imperou no Brasil e em Mato Grosso do Sul. Quando eu dirigi a Agehab, de 2003 a 2007, o déficit habitacional de Mato Grosso do Sul era em torno de noventa mil famílias que não tinham casa própria. Quando nós terminamos o governo, e depois, com o "Minha Casa, Minha Vida" do governo do presidente Lula e do governo da presidente Dilma, esse déficit habitacional em Mato Grosso do Sul chegou a menos de quarenta mil famílias. Porque Vossa Excelência — tanto quanto eu e todos aqui — sabe que o déficit habitacional cresce, é vegetativo em seu crescimento, cresce todos os dias. Você tem que combater aquele que não tinha e aquele que não vai ter amanhã, dando oportunidade para que tenha casa e você tem que ter uma política eficiente nesse sentido. Vejam o tamanho da transformação que foi feita, vejam a quantidade de famílias que passaram a ter uma vida decente, que passaram a ter dignidade, porque você ter condições de abrigar a sua família é ter dignidade, é o mínimo que um país sério tem que garantir para os seus cidadãos: comida na mesa, direito de morar e, pelo menos, direito de o filho estudar. Isso é o básico, ninguém está aqui falando em dividir riquezas, em ter fazenda, em ter iate, em ter helicóptero, ninguém está falando disso. Estamos falando de dignidade humana. Com certeza, graças a Deus, com a volta de um governo comprometido, principalmente, com essa camada, para fazer essa transformação social que precisamos de fazer no país... Aqui no estado o governador se manifestou favorável, também, inclusive com interesse de alocar recursos para que possamos atacar o déficit habitacional concentrado nessa camada, esse é o grande desafio nosso. É desumano, não somente em Campo Grande, em outras cidades que, anteriormente, não tinham favelas em nosso estado, cidades de médio porte, que hoje têm favelas. É desumano! Então, governo sério ataca esses problemas. "Minha casa, Minha Vida" vai ser retomado, vai ter, obviamente, recursos do governo estadual e isso vai incrementar, vai possibilitar que mudemos essa realidade. Quero parabenizar Vossa Excelência por abordar esse tema e agradecer o aparte. Estamos juntos nessa luta, com certeza, junto com todos os deputados que são sensíveis a essa questão. Obrigado.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Parabéns pelas considerações, deputado.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Permita-me um aparte, nobre deputado?

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Por favor.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Também quero me solidarizar com o pronunciamento de Vossa Excelência. Em Campo Grande, e em nosso estado, vivemos este paradoxo: um dos estados mais ricos, do ponto de vista proporcional, do Brasil e temos uma defasagem enorme na questão da habitação. Campo Grande, há algum tempo, foi conhecida e reconhecida como a cidade que não tinha nenhuma favela. A Central Única de Favelas (Cufa) e a Defensoria Pública, nesses últimos meses, deputado Pedro Pedrossian Neto, detectaram trinta e oito favelas em nossa Capital. Sei que nós não podemos colocar no ombro da atual prefeita, porque ela assumiu uns dias desses, mas, infelizmente, essa é uma realidade, que lamento profundamente. Houve um inchaço na Capital e nós não



podemos ficar dependendo somente de governo federal, as pessoas nascem no município e no estado, o governo federal tem que agir, não estou aqui para defender "A" ou "B", não. Essa é uma realidade, mas o inchaço que houve aqui, porque, segundo as informações que nós tivemos — está aqui o deputado João César Mattogrosso, que foi vereador até alguns dias desses —, existem quase nove mil comissionados na Capital. Houve muitos problemas aqui, então não quero aqui colocar a culpabilidade nas costas da atual prefeita. Eu ando muito por Campo Grande, aqui se discutiu muito o caso da adolescente Sofia, eu dei um retrato de uma comunidade, que é Água Bonita, onde doze meninas foram abusadas somente no período da pandemia. Falta, deputado Pedro, de programas sociais, de inclusão na área dos esportes, da cultura, do lazer. A garotada ociosa, infelizmente, envereda para o mundo da criminalidade, torna-se presa fácil dos pedófilos de plantão. A questão da habitação, o tema que Vossa Excelência traz, com o qual me solidarizo... É importante que já existe esse programa em Campo Grande, porque realmente faltou dinheiro para habitação no Brasil inteiro. É verdade, lembramos do "Minha Casa, Minha Vida", houve um "boom" na década passada. O governo municipal também tem que dar a sua parcela de contribuição, é inadmissível morarmos nesse paradoxo social: de um lado, um está muito rico e, de outro, deputado Pedrossian Neto, pessoas precisando de algo essencial, porque você não é cidadão na plenitude se não tiver o teto para abrigar sua família. Nesse sentido, quero parabenizar Vossa Excelência por trazer essa preocupação e espero que o governo do estado também faça esse aporte, para erradicarmos, é uma utopia que vai estar sempre na nossa mente, na nossa alma, porque o sonho é que todos pudessem exercer na plenitude a sua cidadania e ter direito ao esporte, ao lazer, à educação, à saúde de qualidade. Esse é o sonho de todos os homens e mulheres de bem. Vivemos neste País rico, no qual, infelizmente, hoje — e não é fruto só do governo passado —, temos mais de cem milhões de pessoas, por exemplo, que não têm acesso a esgoto tratado; mais de trinta milhões, segundo a última estatística do IBGE, não têm acesso à água potável e isso é fruto de um Brasil que, historicamente, nunca teve esse cuidado. Essa é uma realidade nua e crua. Então, parabéns a Vossa Excelência e como o meu colega, amigo, deputado Amarildo Cruz disse, é um prazer tê-lo aqui conosco e não tenho dúvida de que Vossa Excelência vai enaltecer o debate pelo preparo que tem e vamos construir, juntos, políticas públicas realmente que venham a atender Mato Grosso do Sul, sobretudo, aqueles que mais precisam. Muito obrigado pela concessão do aparte.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Muito obrigado, deputado. Concordo com as palavras do colega e quero dizer o seguinte: temos que olhar para esse problema tratando-o de maneira suprapartidária, de maneira não ideológica e evitando fulanizar o debate nominando "A", "B", "C" ou "D". O nosso compromisso é para resolução do problema, então, eu quero convidar os demais colegas que queiram se debruçar sobre esse tema e pedir uma reunião com a secretária Maria do Carmo Avesani, que continua na pasta e acho que está fazendo um grande trabalho para que pudéssemos tratar esse tema de maneira estrutural. Neste governo que está começando agora, que nós pudéssemos ter uma dimensão, presidente, de qual é o plano que o governo do estado apresenta, com cronograma físico-financeiro de desembolsos em conjunto com o governo federal, estadual e municipal para erradicar esse problema das favelas, das comunidades que têm surgido aqui. A nossa ideia é



que nós possamos fazer uma parceria do Credhabita estadual junto com o municipal para ser o pontapé inicial, mas convidando também os nobres deputados que queiram se debruçar sobre esse tema para fazer uma iniciativa conjunta em prol de Mato Grosso do Sul. Seriam essas as considerações, presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o nobre deputado João Henrique. O senhor dispõe de trinta minutos, nobre deputado. Na verdade, vinte e quatro minutos, porque encerraremos às 11h.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — sem revisão do orador — Senhor presidente, deputados, público que nos assiste, colegas, subo na tribuna desta Casa para fazer uma denúncia, um descaso com a atividade de parlamentar, mas, antes, não tenho como deixar de lembrar o ingresso da minha atividade profissional. Com quatorze anos de idade, comecei, ali na rua Quinze de Novembro, a trabalhar no Cartório do 7º Ofício e, com quatorze anos, eu precisava ser menor aprendiz para poder trabalhar no cartório. Eu, que gostava de leis, do Direito, fui para lá e não tinha muita coisa a delegar para um menino trabalhar com quatorze anos. O primeiro setor do cartório em que me colocaram — até, gradativamente, eu evoluir — foi o balcão. No balcão de um cartório, senhor presidente, deputado Antonio Vaz, nós reconhecemos firma, autenticamos documentos, tiramos cópias e, na época que eu trabalhei no cartório, havia as carimbeiras. O que são as carimbeiras? Eram esponjinhas diversas que precisávamos molhar com tinta e os carimbos, de madeira grande, deputado Pedrossian Neto, precisávamos chegar lá e "dam", meter o carimbo para autenticar e reconhecer firma. Essas carimbeiras, com o tempo, por questão de tecido, ficavam sujas, desgastadas, rasgavam, porque eram de um tecido, de certa forma, frágil. Segunda-feira, recebi no meu gabinete uma resposta a um pedido que eu fiz na condição de parlamentar, deputado Antonio Vaz, e que não pude deixar de lembrar das carimbeiras, as esgarçadas, porque fiz eu um requerimento para o governo do estado de Mato Grosso do Sul para saber quanto que renunciávamos e o que exigíamos de grandes empresários de benefícios fiscais; qual era a contraprestação, o que dávamos de incentivo e o que eles devolviam para o estado de Mato Grosso do Sul. E recebi — como deputado que sou, como Assembleia Legislativa, um órgão que aprovou o meu requerimento pela unanimidade dos parlamentares —, igual a uma carimbeira velha, maltrapilha e esfarrapada, a informação de que um deputado estadual não pode perguntar esse tipo de informação. Eu recebi a informação do governo do estado de que um deputado, que foi eleito, os deputados que receberam mais votos do que o governador do estado, que eles não podem fiscalizar o Executivo, que eles não podem mexer numa caixa-preta que tira dos cofres públicos dinheiro e muitas vezes leva para o bolso dos empresários. Eu estou mentindo? Não. Nós temos várias e várias notícias na mídia que esses créditos, essas isenções fiscais acabam fomentando a corrupção no estado de Mato Grosso do Sul. Então, a nossa Lei Orgânica, que é o nosso Regimento Interno, a nossa Constituição Federal autoriza o deputado estadual a saber qual é o percentual desses créditos que nós estamos entregando para os empresários. Hoje, pasmem, colegas deputados, ao votar o PPA, a LOA e a LDO, Vossas Excelências não vão ter informação de quanto está sendo entregue para empresários, que muitas vezes fazem



o bom uso, não vão saber o valor que está sendo empregado para corrupção e sequer vão poder exercer atividade parlamentar e fiscalizar a contraprestação obrigatória que esses empresários recebem para poder ter algum tipo de incentivo fiscal. Vossas Excelências ficarão do tamanho das carimbeiras do cartório em que eu trabalhava, ultrapassadas, de madeira; hoje, até um carimbo é mais moderno. Nós não teremos a oportunidade de questionar e discutir a política de incentivo se não conhecermos essas informações; quer dizer, temos empresários do estado de Mato Grosso do Sul que eu sonho em vê-los do tamanho de uma JBS, mas, igual a uma carimbeira velha, de olhos fechados, vendados, nós talvez estaremos dando à JBS a continuidade aqui no estado de ter, em prejuízo dos produtores rurais, o monopólio da carne. Nós estamos impedidos de discutir isso e eu recebo aqui o requerimento da Secretaria de Fazenda a resposta dizendo: "É importante ressaltar que ao requerer o benefício fiscal, essas empresas interessadas apresentam, obrigatoriamente, documentos que contêm dados de projetos, matérias-primas empregadas, produtos fabricados, valores de investimento, faturamento previsto, dentre outros que são, obrigatoriamente, verificados para a concessão dos benefícios e que, posteriormente, são incluídos nas cláusulas e nos termos de acordos firmados". Eu não quero essas informações. Não me interessam! Eu quero saber quanto que nós estamos deixando de investir. Eu quero saber, deputado Pedrossian Neto, Vossa Excelência que levantou um tema importante, quanto que está sendo deixado de investir na habitação, quanto que está sendo deixado de investir na saúde para ir para as mãos desses empresários. Eu quero saber "quanto", "por que" e se eles estão cumprindo as prestações. Isso eu quero, como deputado estadual, mudar, ou discutir, ou participar da política que os autoriza a receber algum tipo de crédito, que é o meu dinheiro, que é o dinheiro do contribuinte. Antes de ver uma manchete, em rede nacional, que esse dinheiro foi desviado e depois ser cobrado pela população de que nada fez. Quero responder publicamente ao secretário de Fazenda do meu estado que, desde 2001, essa resposta dele está ultrapassada, porque houve, no Código Tributário Nacional, que é uma lei de 1966, que foi recepcionada pela nossa Constituição Federal como lei complementar, o artigo 198, diz o seguinte: "Que não é vedada, não é proibida a divulgação de informações relativas a incentivos, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária, cujo beneficiário seja pessoa jurídica". Essa redação é de 2021. Sabem por que essa redação foi alterada pelo Congresso Nacional para mudar a política fiscal da União, dos estados e municípios? Porque muitos parlamentares recebiam a informação de secretários despreparados ou incompetentes, ou de má-fé, que não queriam trazer para o Parlamento essa discussão. Foi preciso o Congresso Nacional fazer uma mudança no CTN, que não é o Centro de Tradições Nordestinas! Talvez o secretário de estado de Fazenda, ou a Sefaz, acredite que o CTN seja o Centro de Tradições Nordestinas no lugar de ser o Código Tributário Nacional. Todas essas empresas, pessoas jurídicas (PJs) que recebem um benefício, estão abertas para questionamento, para informação do público. Não é mais nem mais do parlamentar, e eu recebo uma informação dessa, ultrapassada, desprestigiando, desrespeitando a autoridade constituída desta Casa, deste Parlamento. Acredito que hoje, deputado Pedrossian, temos instrumentos modernos. Você vê o Pix, instituído pelo nosso presidente Bolsonaro. Aquela pessoa que adota e adere a essa inovação, está, de certa forma, abrindo o seu sigilo fiscal para que tenha o benefício, uma agilidade no pagamento ou recebimento de valores. Até quem faz o Pix tem seu sigilo



fiscal, hoje em dia, relativizado, porque essa informação imediatamente vai para a Receita Federal, para o Banco Central, para os órgãos de controle. Está na resolução e também no Convênio ICMS nº 166/2022, que regulamentou o Pix. Agora, um deputado estadual, que autoriza o governador do estado a contratar empréstimos... Quer dizer que eu o autorizo a emprestar, mas, quando ele está doando eu não posso saber? Isso é um absurdo! Essa falta de transparência gera, imediatamente, uma parceria direta com a corrupção. Quanto mais transparência, menores são os índices de corrupção. Então, aproveitando este momento, quero anunciar um projeto de lei que estou fazendo, neste momento. Vejam, estou fazendo para que fique similar ao Código Tributário Nacional, alterando o artigo 223, da Lei Estadual nº 1810, de 1997, deixando em vigor a seguinte redação: "Também não é vedada a divulgação de informações relativas a: incentivos, renúncias, benefícios, ou imunidade de natureza tributária, cujo beneficiário seja pessoa jurídica". É redundante, porque, hoje, se formos acionar a Justiça através de uma ação popular, de uma ação mandamental, nós teremos, imediatamente, essa resposta; mas, prefiro a redundância para que Vossas Excelências, quando tiverem a vontade, a curiosidade que eu tive, não sejam tratados como a velha carimbeira do cartório onde eu trabalhava, onde tudo já chega pronto, finalizado, para que não possamos discutir, participar, dialogar e trazer para dentro dessas discussões a representatividade das pessoas que acreditam em cada um dos deputados que aqui estão. Quero dizer que, deixar de atender uma ordem emanada por este Plenário, ou não atender essa ordem razoavelmente, não deixa de ser, além de uma falta de respeito e de uma ingerência, um crime de responsabilidade. E isso deve ser apurado! Quero encerrar, reiterar — e peço aqui para o nosso presidente, deputado Gerson Claro, para inclusão de alguns requerimentos que fiz para que sejam votados na Ordem do Dia —, corroborar, dizendo que subi aqui hoje por autorização da nossa Constituição Estadual, que me confere a atribuição de fiscalizar, de exigir documentos, de entrar dentro de repartições. É muito fácil entrar dentro de repartições de saúde e ir cobrar os médicos, os enfermeiros e cobrar a falta de remédio, mas não entrar nas mesmas repartições que deveriam abastecer e irrigar esses lugares de dinheiro público? Porque falta dignidade para a saúde, para a educação e para a moradia. Dessa forma, atuando, eu estarei complementando tudo aquilo que foi dito anteriormente pelos meus colegas. Se preciso for, atuaremos perante o Tribunal de Justiça, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas do Estado que, vejam, é o nosso órgão auxiliar. Quer dizer que nos auxilia a encontrar essas respostas, porque membro de Poder, deputado Hashioka, Vossa Excelência muito bem sabe que na esfera estadual é o governador, são os desembargadores e são os deputados estaduais, excelências maiores porque são legitimados pelo voto popular da grande maioria. Nesta Casa, recebemos, somadas as vinte e quatro vagas, seiscentos e quarenta e cinco mil votos e, na totalidade, um milhão e quatrocentas e quatro mil pessoas me autorizaram a falar, já que fiquei entre os vinte e quatro mais votados. Era o que eu tinha para falar e exigir. Se for preciso, exigirei, inclusive através do Judiciário. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, vinte e uma indicações e duas moções de congratulação.



**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado João Henrique.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Só para confirmar se foi incluso o meu requerimento que eu falei na tribuna.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Excelência, foi apresentado agora o requerimento?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Na verdade, senhor presidente, foi apresentado na parte da manhã. Só pedi para fazer a inclusão, caso seja possível, como já adotamos isso em outras sessões, peço que Vossa Excelência inclua o meu requerimento.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ah, é um requerimento polêmico, deputado. Vou manter o requerimento para a Ordem do Dia de amanhã.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL)** — Sem problemas.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB)** — Aproveitando e justificando a ausência do deputado Junior Mochi, que está em missão em Brasília, com a ministra do Planejamento, Simone Tebet.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Então, novamente, em discussão única e votação simbólica. Três requerimentos, vinte e uma indicações e duas moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Sete moções de pesar. Proposta pelos deputados Amarildo Cruz, Pedro Kemp e Zeca do PT, em razão do falecimento do senhor Iracir Galvão dos Santos. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Proposta pelos deputados Junior Mochi e Coronel David, em razão do falecimento do senhor José Laurentino dos Santos Filho, o tenente Laurentino. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Proposta pelo deputado Amarildo Cruz, em razão do falecimento do senhor Sílvio Edson Tutian. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Proposta pelo deputado Coronel David, em razão do falecimento do senhor José Benites. Em discussão. Encerrada a discussão.



---

Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Proposta pelo deputado João Henrique, em razão do falecimento do senhor José Eduardo Age. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Beat Rolf Stucki. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. São sete moções de pesar aprovadas. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Amarildo Cruz. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Mais uma vez, comunico aos nobres deputados que — em razão da composição de blocos, indicação de lideranças, composição das nossas comissões e, também, do pedido de prazo aos nobres deputados de lideranças — vamos realizar essa composição até amanhã, para que na próxima semana as comissões permanentes estejam todas formadas. Agradeço a todos pela participação, já aguardando a todos na sessão de amanhã. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (10h57min).